TONDELA
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO

DE

GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO - 2006

MUNICÍPIO DE TONDELA

RELATÓRIO DE GESTÃO
(De harmonia com o ponto 13 do POCAL)

Ano 2006

INTRODUÇÃO

Da apreciação do conjunto de documentos em que assentam as contas do Município de Tondela, no último ano civil, pode verificar-se que apesar de equilibrada, a situação financeira conheceu algumas dificuldades, provenientes de diminuição de algumas receitas, e também da necessidade de cumprir com os compromissos transitados de anos anteriores, e da actividade normal do ano.

Não obstante tais dificuldades, não foi posto em causa a concretização dos investimentos fundamentais para a promoção e desenvolvimento do Concelho.

Assim, foi assegurada a realização das despesas correntes necessárias ao funcionamento em pleno dos equipamentos colectivos, bem como a prestação de serviço público com a qualidade e os níveis de exigência possíveis, dentro do contexto actual.

A nível nacional, os recursos financeiros afectos à generalidade dos Municípios, mantiveram tendência para agravamento, obrigando a uma gestão mais rigorosa, marcada pela contenção, estabelecendo como limite para a realização de despesas, sempre que possível, apenas a afectação da receita necessária para assegurar as mesmas.

1- Linhas Programáticas
- O Plano e Orçamento de 2006, instrumento primeiro da actividade a desenvolver durante o ano, gizou e delineou as grandes linhas de actuação, visando:
A qualificação das pessoas, o crescimento sustentado e o reforço de uma visão integrada do Concelho, apesar do quadro conjuntural que enfrentámos, marcado pela contenção do investimento público.

2 - Actividades desenvolvidas
- Enfrentar uma conjuntura difícil, sem descurar áreas fundamentais, que tem impacto directo na vida dos Munícipes, como sejam: A Educação, a Coesão Social, a conservação e ampliação de rede viária, os novos equipamentos sociais, e a preparação para novas formas de gestão, como a Modernização Administrativa e a formação para adequar os recursos humanos às exigências destes processos, revelam-se tarefas de enorme complexidade.
No entanto o Município de Tondela, conseguiu concretizar investimentos importantes ao nível do Desporto, com a concretização de obras de vulto como o Estádio

Municipal; uma diversidade de arranjos urbanísticos, que transformaram de forma definitiva algumas áreas urbanas; deu continuidade a obras de construção e extensão de saneamento e abastecimento de água; implementou acções de âmbito desportivo e cultural que em muito contribuem para o bem estar das populações.

Desta forma a seguir se relatam as questões técnicas, relacionadas com o desempenho económico-financeiro do Município.

DESEMPENHO ADMINISTRATIVO:

Ao nível das várias Secções que constituem a estrutura Orgânica do Município, obtiveram-se resultados de desempenho, patentes nos números que abaixo se descrevem:

SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES: Recepcionou 3640 requerimentos, expediu 3449 ofícios, elaborou 304 processos de licenciamento de obras, 2 processos de licenciamento de loteamentos, 35 processos de informação prévia, emitiu 272 alvarás de construção, 2 alvarás de loteamento, 374 licenças de utilização, 21 Processos de vistoria (sem processo de obras), 38 informações sobre o PDM, 635 Petições diversas, 4096 pareceres técnicos, 41 comunicações prévias, 4 Alvarás de Exploração, 17 Licenças Acidental de Recinto .Emitiu 2371 guias de receita.

SECÇÃO DE NOTARIADO E PATRIMÓNIO: Expediu 516 ofícios, emitiu 50 informações e pareceres, expediu 17 faxes.

Foram celebrados 24 Contratos de Empreitada, enviou 5 Contratos para o Tribunal de Contas, celebrou 4 contratos de arrendamento, 8 Contratos de Sub Arrendamento, 2 Contratos de Comodato, 27 Escrituras de Compra e Venda, 1 escritura de Reversão, efectuou 2 Distrates de Compra e Venda, 1 Procuração Irrevogável, 1 Escritura de Habilitação de Herdeiros de munícipes no Notário Privado.

Elaborou os mapas mensais da:

- Relação dos actos praticados para os registos centrais
- Mapa Mod 11 via Internet
- Efectuou 53 registos na Conservatória do Registo Predial de Tondela de imóveis da Câmara Municipal. Efectuou todas as participações de IMI´s via Internet dos prédios adquiridos e respectiva validação junto da Repartição de Finanças. Tem a decorrer 5 processos de expropriação, concluiu 1.
- Classificou e fez o lançamento de toda a facturação de 2006 na aplicação SIC.
- Tratou de todo o processo administrativo relativo a: Seguro Automóvel, Seguro de Responsabilidade Civil, Seguro Multiriscos, Seguro de Exposições, Imposto de Circulação, Imposto de Selo (automóveis), Via verde.
- Resolveu sinistros de: Indemnizações à Autarquia por danos causados em Património Municipal; do ramo automóvel e assaltos a imóveis.
- Tratou de todo o processo relativo ao Condomínio do Prédio do Bloco A no Caramulo.
- Recebimento e controlo de 14 Rendas de Edifícios/Habitações.
- Emitiu 223 guias.

SECÇÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS: Expediu 3385 ofícios + 153 elaborados pela Chefe de Divisão, emitiu 6144 Ordens de Pagamento –Orçamental e 456 de Operações de Tesouraria, emitiu 651 Guias de Receita. Efectuou todos os Lançamentos Contabilísticos necessários às operações de Registo quer Orçamental

quer Patrimonial, cujo número não é possível obter, mas que se estimam em milhares de Registos. A Secção de Aprovisionamento efectuou 5.802 Requisições,

SECRETARIA GERAL: Emitiu 3325 guias de receita, expediu 932 ofícios gerais e 419 de Serviço de Eleições, elaborou e emitiu: 4 Registos de Máquinas de diversão, 74 Licenciamentos de Exploração de Máquinas de Diversão, 38 Processos de pedido de funcionamento de Horário de Estabelecimento Comercial, 21 processos de compra de terreno para Sepultura Perpétua no Cemitério Municipal, 40 Inumações, 201 Processos de Licença de Condução de Ciclomotor e Veículos Agrícolas, 9 Processos de Licenciamento de Averbamentos de Alvarás Sanitários, 8 Processos de Licenciamento de Viaturas de Transportes de Animais Vivos, 12 Processos de Licenciamento de Viaturas de Transportes de Pescado, 15 Processos de Licenciamento de Viaturas de Transportes e Venda de Produtos Alimentares, 4 Editais, 91 Processos de Licenciamento de Publicidade, 17 Processos de pedidos de exame para carta de caçador, 41 Processos de Renovação de Cartas de Caçador, 34 Processos de Licenciamento de Actividade de Feirante e 243 Processos de Renovações de Actividade de Feirante, 29 Renovações de cartões de colaboradores, 104 Renovações de cartões de produtores agrícolas e 8 Renovações de licenças de Táxi.

SECCÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – 9ª SECÇÃO:

Expediu 574 oficios, 113 processos de ramais de água, 313 processos de ramais de saneamento, emitiu 426 guias de receita relativas a água e saneamento, emitiu 107 licenças de ruído, 13 licenças de espectáculos com ocupação de via pública, 65 guias de receita dos serviços de Metrologia, elaborou 26 Ordens de Trabalho para Reuniões de Câmara, elaboração de 6 convocatórias e respectivo envio para os membros da Assembleia Municipal, elaboração de 6 Actas referentes à Assembleia Municipal.

SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO: Recepcionou 368 ofícios diversos, 354 Notificações efectuadas por ofício, 67 Notificações pessoais, 315 ofícios diversos, 22 Certidões de não dívida de empresas/particulares ao Município, 48 Certidões de não divida ao Município de executados por Tribunal, emitiu 138 guias de receita, 202 Processos de Contra-Ordenação, 25 Processos abertos por participação, 52 processos abertos de Queixas.

SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: Expediu 366 ofícios e 93 faxes. Emitiu 142 guias de receita. Realizou concursos de pessoal, sendo 47 lugares de Auxiliares de Serviços Gerais, 1 para o lugar de Medidor Orçamentista, 1 para o lugar de Topógrafo, 1 de Assistente Administrativo e 1 Técnico de Informática (todos com contrato resolutivo a Termo Certo).

Foi efectuado todo o expediente relativo ao processamento de salários, 328 pedidos de férias, 165 pedidos de faltas, 87 atestados médicos, 16 de internamento, 5 licenças de maternidade, 4 de paternidade, 757 comparticipações da ADSE, 109 pedidos de abono de família e 122 pedidos de ajudas de custo.

Foram feitas 14 Participações de Responsabilidade Civil, 28 Participações de Acidentes de Trabalho, e 6 Participações de Acidentes Pessoais.

Foram ainda realizados procedimentos relacionados com: 54 formações internas e 13 externas, celebrados 5 contratos de Estágios Profissionais, 11 de Pocs carenciados e 88 de Pocs subsidiados.

SECÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS: Expediu 1503 oficios, emitiu 151 Guias de Receita, promoveu a abertura de 32 concursos, sendo 12 de empreitadas e os restantes de fornecimentos, efectuaram 32 actos públicos, 32 relatórios de análise, efectuaram 12 qualificações de concorrentes, 32 Relatórios finais, 140 audiências prévias, 24 declarações abonatórias, entrada de 43 processos de ocupação da via pública, entrada de 163 petições diversas, abertura de 45 Inquéritos administrativos, 16 licenciamentos de explosivos, 3 candidaturas ao QCAIII, e efectuaram-se 35 pedidos de pagamento.

PAC – POSTO ATENDIMENTO DO CIDADÃO

Serviço Executado: Foram elaborados 592 processos de Revalidação de Cartas de Condução, 61 Substituições de Cartas de Condução, 37 revalidações dos carimbos nas guias de substituição, expediu 223 oficios, emitiu 123 Registos Criminais Negativos, 25 Registos Criminais anulados, envio mensal da listagem de requerimentos, ciom prazo de 3 meses. Efectuados 5 Contratos de fornecimento de energia eléctrica, 36 alterações de contratos, 8 rescisões de contratos, 45 comunicações de leitura, 46 pedidos de Cartão Europeu de Seguro de Saúde, 2 alterações de morada e NIB na ADSE, recpção de 17 conjuntos de documentos de despesa de cuidados de saúde (ADSE), pedidas 13 Certidões de Registo Civil, 1 de Registo Predial, 1 de Registo Comercial e 1 de alteração de morada a várias entidades através do Portal do Cidadão (UMIC).

Informações dadas ao cidadão –

DGV – 18 sobre impressos, 55 sobre substituição de cartas, 181 revalidações e 51 gerais.

ADSE – 23 sobre Cartão Europeu de Seguro de Saúde, 3 alterações de dados e 18 gerais.

IC – 1 Informação Geral

DGAJ – 41 sobre Registo Criminal Negativo

DGRN – 14 sobre Registo Civil, 1 Registo Predial, 155 Bilhetes de Identidade, 91 de Registo Automóvel e 3 gerais.

EDP- 15 obre celebração de contratos, 8 de comunicação de leituras, 2 de contratos de gás e 47 gerais.

GOVERNO CIVIL – 67 sobre Passaporte.

DGCI – 34 sobre Cartão de Contribuinte, 1 sobre Impostos e 19 gerais.

ISSS – 16 sobre Cartão Europeu de Seguro de Saúde, 1 de descontos efectuados e 8 gerais.

DIVERSOS – 6 sobre água, 1 correios, 11 relações laborais, 69 telefone 164 informações gerais sobre PAC e 24 sobre outras informações.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

De acordo com a regra **"O Orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas"**, e ainda, **"as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes"**, insere-se para análise o quadro abaixo.

	ANO 2005	ANO 2006
RECEITA CORRENTE 1	**13.684.889,22**	**12.497.108,37**
DESPESA CORRENTE 4	**12.010.469,57**	**11.385.016,18**
SALDO.....	1.674.419,65	1.112.092,19
OUTRAS RECEITAS 2		**3.995,33**
RECEITA DE CAPITAL 3	**8.445.802,68**	**8.940.935,63**
DESPESA DE CAPITAL 5	**9.309.501,12**	**10.533.263,39**
Totais Receita (1+2+3).....	**22.130.691,90**	**21.442.039,33**
Totais Despesa (4+5).....	**21.319.970,69**	**21.918.279,87**

Conclusão: No ano de 2006, existe um saldo positivo de € 1.112.092,19, na relação Receita, Despesa Corrente.
No entanto na Relação Total de Receita/ Total de Despesa, verifica-se um saldo negativo de (€ 476.240,54), significando que a receita obtida não foi suficiente para a despesas efectuada.
Esta diferença reflectiu-se no saldo de Gerência, tendo provocado uma diminuição da saldo do ano de 2005 para o ano de 2006, do mesmo valor.

O rácio sobre o grau de cobertura das despesas é dado pela relação:

RECEITAS CORRENTES-DESPESAS CORRENTES > 0

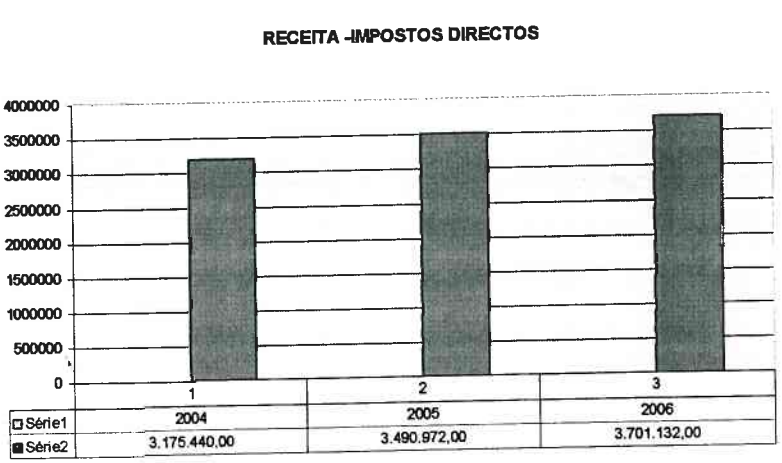
RECEITA

GRAUS DE EXECUÇÃO E DOS DESVIOS - NA RECEITA ORÇAMENTAL

Classificação Económica	Designação	Receita Prevista	Receita Cobrada	Grau de Execução Receita	Desvio
01	Impostos Directos	4.512.500.00	3.701.132,33	**82.02**	**17.98**
02	Impostos Indirectos	200.250,00	171.227,07	**85.50**	**14.50**
04	Taxas,Mult e O. Pen	701.750,00	532.719,98	**75.91**	**24.09**
05	Rend. Propriedade	112.930,00	156.562,14	**138.63**	**+38.63**
06	Transf. Correntes	8.608.332,00	7.547.363,10	**87.67**	**12.33**
07	Venda Bens Ser.Co.	181.550,00	136.429,95	**75.14**	**24.86**
08	Outras Rec.Corrent.	56.150,00	183.734,71	**327.22**	**+227.22**
09	Venda Bens Invest	125.250,00	12.915,00	**10.31**	**89.69**
10	Transf. de Capital	21.717.088,00	8.746.520,63	**40.27**	**59.73**
13	Outras Receitas Capital	200.150,00	181.500,00	**90,68**	**9.32**
15	Reposições n/ abatidas	5.000,00	3.995,33	79,90	**20.10**

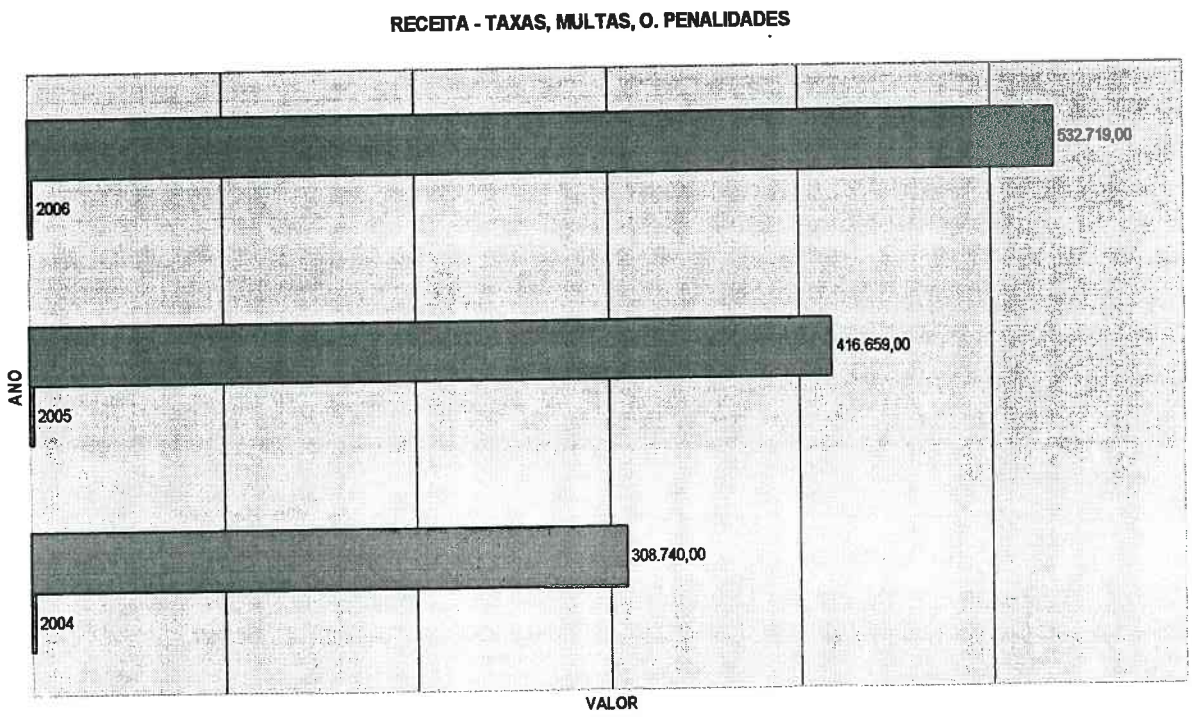
Ao nível de execução dos **Impostos Directos**, verifica-se uma execução de 82,02 com um desvio de 17,98. Sendo a receita cobrada em 2006 de € 3.701.132,33, conclui-se que houve uma execução razoável.

Análise Comparativa deste tipo de Receita – Anos 2004, 2005 e 2006



Nos Impostos Indirectos, previu-se um valor de receita de € 200.250,00, fixando-se a sua execução em 85,50 com um desvio de 14.50. Também aqui a execução se considera razoável.

Relativamente às **Taxas, Multas e Outras Penalidades,** verifica-se uma execução de 75.91, com um desvio de 24.09, sendo também aceitável.



Análise comparativa desta tipologia de receitas – Anos 2004, 2005 e 2006 -

Nos **Rendimentos de Propriedade**, pode observar-se um grau de execução de 138.63, com um desvio positivo de +38.63, significando tal que houve um aumento relativamente ao máximo esperado.

Para **Transferências Correntes**, verifica-se um grau de execução de 87,67 com um desvio de 12.33. Sendo esta uma rubrica que acolhe receitas de várias proveniências (Públicas, Privadas, Participações comunitárias e Outras, tem sempre um grau de flexibilidade elevado, pelo que se considera, que tendo sido fixado para valor de € 8.608.632,00, a sua execução foi bastante razoável.

Relativamente a **Venda de Bens e Serviços,** o nível de execução de receitas, situou-se em 75.14, com um desvio de 24.86 sendo as mais significativas no âmbito da Prestação de Serviços especialmente as relacionadas com a utilização das infraestruturas de desporto, e na prestação de serviços de saneamento, realização de Ficton, entre outras.

Em **Outras Receitas Correntes**, verifica-se um grau de execução de 327.22, relativamente à receita prevista, e um desvio para mais de +227.22, sendo que esta receita é basicamente proveniente de Transportes Escolares, varia bastante em função do número de alunos transportados. Verifica-se que esta rubrica especifica de Transportes Escolares com uma previsão corrigida de € 56.150,00, verificou uma receita efectiva de € 183.734,71, o que provoca um grau de execução mais que duplicado.

Quanto a **Venda de Bens de Investimento,** o grau de execução situa-se em apenas 10.31. Sendo as rubricas mais expressivas dentro deste capitulo, as de Venda de Terrenos e de Habitações, verificou-se que apenas se concretizaram vendas no valor de € 12.915,00, proveniente de terrenos.

Em **Transferências de Capital,** o grau de execução situa-se em 40.27, verificando-se que ao nível das receitas de Transferência dos Fundos Geral de Coesão e de Base Municipal a execução é de 100, no entanto na Participação Comunitária de projectos co-financiados, o grau de execução é apenas de 29.67, sendo de notar que esta rubrica está sempre condicionada aos "timings" de execução das obras, e às disponibilidades da CCRC. Esta previsão está excepcionada pela alinea b) do artigo único do Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 05/04/2002.

ANÁLISE GRAUS EXECUÇÃO E DOS DESVIOS - DESPESA ORÇAMENTAL

Classificação Económica	Designação	Dotações	Despesa Paga	Execução	Desvio
01 01	Assembleia Municipal	49.500.00	12.642,38	25.54	74.46
01 02 01	Despesas c/Pessoal	4.907.000.00	4.587.483.51	93.48	6.52
01 02 02	Aquisição Bens Serv.	5.715.697.65	3.818.050.83	66.79	33.21
01 02 03	Juros Out. Encargos	423.600.00	325.880.13	76.93	23.07
01 02 04	Transferências Corr.	2.974.350.00	2.261.840.82	76.04	23.96
01 02 06	Outras Desp. Correntes	446.050.00	379.118.51	84.99	15.01
01 02 07	Aquisição Bens Capital	22.568.500.00	8.311.782.93	36.82	63.18
01 02 08	Transfer. de Capital	1.475.100.00	1.000.356.27	67.81	32.19
01 02 10	Passivos Financeiros	1.300.000.00	1.162.791.49	89.44	10.56

Despesas com Pessoal

Limite de Encargos com pessoal

As despesas com o pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, e com os encargos inerentes à segurança social. Compreende também outras despesas relacionadas com pessoal, designadamente; deslocações, ajudas de custo, vestuário e artigos pessoais, alimentação, alojamento e abonos diversos.

Nos termos do disposto no artº 10º do Decreto Lei nº 116/84, de 6 de Abril, com a redacção dada pela Lei nº 44/85, de 13 de Setembro:

1 – "As despesas com o pessoal do quadro, não podem exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício".

2 - "As despesas com o pessoal pagas pela rubrica "Pessoal em qualquer outra situação" não poderão exceder 25% de Limite de Encargos, referidos anteriormente, ou seja, da despesas com o pessoal do quadro.

A receita corrente do Município cobrada no ano de 2005 foi de € 13.684.889,22, pelo que os limites máximos de despesa com o pessoal no ano de 2006, são os seguintes:

	Limite máximo despesa com pessoal.	Despesas com Pessoal em 2006, a considerar para o limite máximo	%
Pessoal do Quadro	€ 8.210.933,53	€ 3.917.123,85	47.71
Pessoal fora do Quadro	€ 2.052.733,38	€ 683.002,04	33,27
	€ 10.263.666,91	**€ 4.600.125,89**	

Assim, verificou-se uma despesa de pessoal do quadro de € 3.917.123,85, representando 47.71% do limite máximo com o pessoal dos quadros (inclui eleitos locais e funcionários).

Por seu lado as despesas da rubrica – "Pessoal em qualquer outra situação" atingiu € 683.002,04, representando cerca de 33,27% do limite máximo permitido.

Podemos concluir que foi cumprido o requisito legal acima referido.

Relativamente à Execução da Despesa Orçamental dos outros capítulos:

Aquisição de Bens e Serviços- Houve uma execução de 66.79, considerando-se que houve alguma contenção, relativamente ao previsto. Houve um desvio de 33.21.

Juros e Outros Encargos- Com um grau de execução de 76.93, houve um desvio de 23.07.

Transferências Correntes- A execução situou-se nos 76.04, tendo um desvio de 23.96.

Outras Despesas Correntes- Com um grau de execução de 84.99, e um desvio de 15.01, tal indica ter havido também alguma contenção em relação ao previsto.

Aquisição de Bens de Capital – Este indicador de execução de 36.82 poderá considerar-se relativamente baixo, portanto com um significativo desvio (63.18) do previsto; tal deve-se ao facto de esta rubrica estar relacionada com programas comunitários, e embora a despesa possa estar realizada, poderá não estar paga, dado o desfasamento nos "timings" de execução das obras e das disponibilidades da CCRC.

Transferências de Capital –Localizando-se o grau de execução desta rubrica em 67.81, com um desvio de 32.19, tal significa que alguns protocolos são pagos à medida que vão sendo executados pelas entidades beneficiárias.

Passivos Financeiros- Verifica-se uma execução 89.44, com um desvio de 10.56, considerando-se uma execução normal.

EXECUÇÃO DAS GOP's – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Ao nível da execução das GOP's, que engloba o PPI (Plano Plurianual de Investimento) e as AMR (Actividades Mais Relevantes), efectuou-se a análise, utilizando a classificação funcional:

Cla.Func.	Designação	Mont.Previsto	Mont.Executado	Exec.	Desvio
01	Funções Gerais	798.000,00	382.911,50	46.89	53.11
02	Funções Sociais	17.527.800,00	9.214.585,67	38.78	61.22
03	Funções Económica	8.862.000,00	5.550.380,84	47.07	52.93
04	Outras Funções	413.000.00	335.876.01	64.74	35.26

As rubricas mais representativas destas despesas são:

- **Nas Funções Gerais**, a rubrica que apresenta maior grau de execução é a de Material de Transporte- Viaturas com 89.29, o Viseu Digital - Software com 83.32, Seguros de Pessoal com 84.97 e Protecção Civil, proveniente das Transferências Correntes para os Bombeiros Voluntários.

- **No Grupo das Funções Sociais**

- **Ensino não Superior**, os indicadores de maior destaque são: a aquisição de terrenos para a Escola Secundária de Molelos/Tondela, com o nível de execução de 81.31, o Equipamento Escolar Informático com 79.70, os Estudos Projectos e Consultadoria com 92.26, e os Protocolos- Transferências – Escola Profissional de Tondela com 100%.

- **Nos Serviços Auxiliares de Ensino,** os indicadores relevantes são: Transportes Escolares com 71.55, a Acção Social Escolar, realizada através de protocolos com as Juntas de Freguesia, com 85.72, com as Instituições em 98.46 e com os Agrupamentos Escolares 88.53.

- **Nos Serviços Individuais de Saúde** – Verifica-se uma execução de 96.68 com a construção do Centro de Saúde de Canas de Sta Maria.

- **Na Acção Social** – uma execução de 88.88 em Material de Transporte, de 99.56, relacionada com o Protocolo de Transferência para o Centro Social de S. Miguel do Outeiro e de 97.66 para o Centro Paroquial de Canas de Sta Maria.

- **Na Habitação** – O nível de execução mais elevado (97,66) verifica-se em Transferências de Capital –Obras do Condomínio.

- **No Ordenamento do Território** – O Equipamento básico representa um nível de 90.20.

- **No Saneamento** – O maior indicador de execução refere-se Execução de Emissários Etar da Freguesia de Santiago de Besteiros com (93.75), a construção da ETAR/Emissários de Saldonas (88,56), Exec-Inf- Saneamento Coicular Interna-Perfis, PO+800 e P1 200, com (84.71), e o Equipamentpo Básico com (85.54).

- **Na Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**, - Salienta-se um nível de execução de (87.65) na Beneficiação e alargamento da Ponte do Rio Dinha, em Protocolos (Transferências Juntas de Freguesia) – Cemitérios com 85.71.

- **Na Cultura** – O maior nuvel de execução verifica-se em Protocolos-Transferências (Instituições Particulares).

- **No Desporto, Recreio e Lazer** – Podem observar-se percentagens de execução de: 78.91 na Construção do Pavilhão Desportivo do Caramulo, 87.61 na Construção de Polivalentes Desportivos, de 88.10 em Protocolos- Transferências (Construção de Polidesportivos e Outros), 98.89 com o Pavilhão Municipal de Campo de Besteiros e 86.81 com a Piscina Municipal de Tondela. Destaque ainda para Protocolos-Transferências Instituições Particulares com 97.38 e Transferências de Capital (Instituições/Associações) com 100%.

- **Outras Actividades Cívicas e Religiosas** – Com 99.27 nos Protocolos-Transferências (Instituições) Rec. Pat Cultural.

- **No Grupo das Funções Económicas**

- **Agricultura Pecuária, Silvicultura Caça e Pesca** – a construção de caminhos agrícolas, mais especificamente em Póvoa do Rodrigo Alves (Tonda) com um nível de 87.41, e os Estudos Projectos e Consultadoria com 77.44.

- **Industria e Energia** – 92.34 para a Iluminação no Largo do Cemitério de Tondela, Iluminação Pública em Nandufe (92.92) e Iluminação Pública em Molelinhos com 83,62

- **Transportes Rodoviários** – Vários Projectos mais relevantes, como sejam: E.Regional- E-N 230 – Tondela Molelos – 2ª Fase com 80.40, Circular Interna de Acesso E-R. 230 -1ª Fase com 93.19, Construção da Circular de Acesso à ER 230 – 2ª Fase com 78.70, Arranjos Urbanísticos da Feira (Lajeosa do Dão) com 93.96, Arruamento à Freguesia de S. João do Monte com níveis médios de 97.00, Construção da Central de Camionagem, (84.79), Estrada Malhapão-Amieira/Mosteirinho com 94.38, Reposição Pavimentos no Coelhoso com 94.95, e Infra-estruturas envolventes ao Largo da Feira em Campo de Besteiros com 93.47.

- **Nas Funções Diversas Não Especificadas** - Salienta-se o maior nível de execução de 88.57, para Protocolos Diversos (Freguesias).

Para além da descrição até agora efectuada sobre a forma como decorreu a Gestão Orçamental do Municipio no ano de 2006, poderemos com o auxilio de alguns indicadores, concluir esta abordagem.

Indicadores de Gestão Orçamental

Cobertura das Despesas Totais pelas Receitas Totais – **Receita Total** / **Despesa Total**	**21.442.039,33** / **21.918.279,87**	**0.978**
Capacidade das Receitas Correntes, cobrirem Despesas da mesma natureza **Receita Corrente** / **Despesa Corrente**	**12.497.108,37** / **11.385.018,18**	**1.097**
Capacidade das Receitas de Capital cobrirem despesas da mesma natureza **Receita de Capital** / **Despesa de Capital**	**8.940.935,63** / **10.533.263.69**	**0.848**
Peso das Despesas Correntes nas Receitas Correntes - **Despesas Correntes** / **Receitas Correntes**	**11.385.018,18** / **12.497.108,37**	**0.911**
Peso das Despesas de Capital nas Receitas de Capital - **Despesas de Capital** / **Receitas de Capital**	**10.533.263,69** / **8.940.935,63**	**1.178**
Peso da Despesa Total na Receita Total **Despesa Total** / **Receita Total**	**21.918.279,87** / **21.442.039,33**	**1.02**

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados apresenta os Custos e os Proveitos classificados por natureza. Os resultados são classificados em Correntes e Extraordinários, desdobrando-se os correntes em Operacionais e Financeiros.

A Demonstração de Resultados por Natureza é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de um município ou entidade equiparada, durante um determinado período (normalmente um ano) e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos, e consequentemente a "performance" dos seus responsáveis.

Assim e tendo em conta a estrutura dos custos, podemos elencar os diferentes tipos de custos; operacionais, financeiros, correntes (operacionais+financeiros) extraordinários e líquidos.

A partir daqui encontram-se estabelecidas as equações que nos poderão dar a noção de como foram geridos os referidos recursos.

Análise:

A Demonstração de Resultados evidencia uma gestão equilibrada em que os Proveitos e Ganhos provenientes essencialmente de Transferências e Subsídios Obtidos, por norma do Estado, foram utilizados de forma razoável, tendo em conta que os Custos se distribuem pelas rubricas de Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos, Transferências e Subsídios Concedidos e Amortizações do Exercício.

Os Custos e Perdas Financeiras no valor de € 328.328,55, são constituídos maioritariamente pelos juros suportados com os empréstimos de Médio e Longo Prazo, que vêm sendo amortizados de acordo com os contratos. Verifica-se um acréscimo relativamente ao ano transacto proveniente do aumento da taxa de Juro.

Os Custo e Perdas Extraordinárias registam globalmente uma diminuição face ao ano anterior, proveniente da redução de valores das Transferências de Capital Concedidas e de Perdas e Imobilizações

Tendo em conta que a componente recursos humanos é já de alguma dimensão, havendo por parte do Executivo a preocupação da sua rentabilização, o Município tem optado pela realização de muitos trabalhos recorrendo à mão de obra que tem disponível, o que provoca um natural aumento da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, com relevância para a componente Outros Fornecimentos e Serviços.

Demonstração de Resultados Financeiros

Verifica-se uma diminuição do saldo negativo em relação ao ano anterior.

Ano de 2006	Ano de 2005
(€ 146.716,50)	(€ 175.836,69)

Tal decorreu de:

Aumento significativo do Rendimento de Imóveis, embora do lado dos Custos e Perdas se verifique um aumento relacionado com os Juros Suportados, houve diminuição semelhante em Outros custos e perdas financeiras

Demonstração de Resultados Extraordinários

Verifica-se uma diminuição significativa do saldo negativo em relação ao ano anterior.

Ano de 2006	Ano de 2005
(€ 889.586,54)	(€ 1.270.752,72)

Do lado dos Custos e Perdas, verificou-se uma diminuição de transferências de capital concedidas, relativamente ao ano anterior, as perdas em Imobilizações diminuíram também ligeiramente e os Outros Custos e Perdas Extraordinárias registaram um aumento significativo.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, embora se tenha registado uma diminuição em Ganhos em imobilizações, a conta de Outros proveitos e ganhos extraordinários, regista um aumento significativo relativo à contabilização das quotas anuais da comparticipação em Projectos co-financiados. Respeitando o principio da especialização dos exercícios, estas verbas são levadas a débito da conta 27 – Proveitos Diferidos, numa base sistemática, à medida que o Imobilizado a que a comparticipação se destinou, depois de concluído no aspecto físico, é incluído no Património e sofre as competentes amortizações. Ou seja a mesma taxa de amortização aplicada ao imóvel, serve da base de calculo desta quota do proveito recebido a titulo de diferimento, a qual acompanhará a vida útil definida para o bem, esgotando-se também com a sua amortização completa.

BALANÇO

O Balanço é uma demonstração financeira que deverá reflectir a situação real do Município em determinada data, e tem como objectivo espelhar a comparação entre as massas activas e as massas passivas do seu Património, revelando a situação Patrimonial e Financeira do Município, bem como o Fundo Patrimonial que corresponde à situação líquida. Assim:

O BALANÇO APRESENTA UM RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO DE € 2.005.544,09, inferior ao do ano transacto de € 3.500.665,74

IMOBILIZAÇÕES

Verificaram-se aumentos significativos ao nível do Activo Bruto, provocado pela contabilização de valores de algumas obras que integravam projectos co-financiados, e que, tendo sido concluídas e recebidas, foram objecto de registo no Imobilizado respectivo (Privado e Público).

O maior aumento verifica-se no Domínio Público em 45.3 Outras Construções e infraestruturas e na conta 422- Edifícios e outras construções

Efectuaram-se as respectivas Amortizações, bem como algumas Regularizações, provenientes normalmente do abate de bens, num total de € 6.764.842,87

O processo de inventariação e avaliação dos bens patrimoniais deverá ter continuidade, pese embora as dificuldades existentes, especialmente ao nível de registos nos organismos e serviços públicos.

DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA-

Os valores apresentados em Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa apresentam um total de € 4.651.834,08.

Nota Importante: Ocorreram no ano de 2003 na Tesouraria desta Município, factos que estão ainda no domínio de decisão Judicial, mas que pela sua gravidade têm que ser explicitados nesta Relatório:
Em Disponibilidades constituídas pelas contas Caixa e Depósitos em instituições financeiras, depois de efectuadas as respectivas reconciliações bancárias e rectificações de lançamentos que até à data de 11/08/2003 não haviam sido contabilizados, apurou-se:

- Diferença Verificada no Saldo de Caixa em 11/08/2003 ..... € 134.610,20
- Valor de cheques levantados e não movimentados ..... € 987.132,31

Montante do Alcance.....(€1.121.742,51)

(Um milhão cento e vinte e um mil setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos.)

Indicadores de Liquidez

Liquidez Geral – **Activo Circulante** / **Passivo Circulante**	**4.669.652.63** / **7.282.738,33**	**0.64**
Liquidez Imediata – **Activo Circ- Ex. CCPz** / **Passivo Circulante**	**4.651.834.08** / **7.282.738,33**	**0.63**

Estes Indicadores medem os graus de cobertura do Passivo Circulante (Dividas a Terceiros de Curto Prazo).

Quanto maior for o rácio, maior a certeza de que os créditos de curto prazo poderão ser pagos nos prazos.

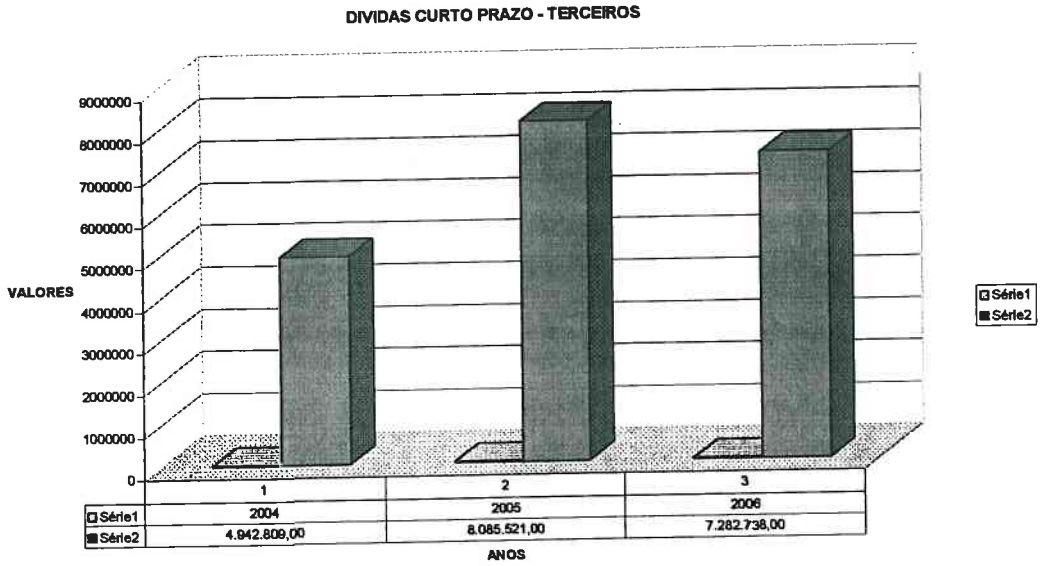
Na situação em análise verifica-se que existiu alguma possibilidade de ir cumprindo com o pagamento de tais créditos, embora com bastante esforço financeiro.

ENDIVIDAMENTO – OUTRAS DIVIDAS A TERCEIROS

É de salientar que, com um planeamento controlado, e uma gestão equilibrada das receitas e das responsabilidades para com terceiros, que tem vindo a ser implementado com rigor, verificou-se uma diminuição significativa do endividamento – outras dividas a terceiros, tendo a mesma passado de € 8.085.521,06 em 1 de Janeiro de 2006, para € 7.282.738,33 em 31 de Dezembro de 2006.

Significa isto, que tem vindo a existir por parte do Município um enorme esforço, no sentido de efectuar a sua gestão normal e diminuir o nível de endividamento no fim de cada ano.

Tendo em conta as limitações impostas pelas ocorrências ao nível de Tesouraria a que acima se alude, e que ainda hoje se reflectem, pode considerar-se um óptimo desempenho nesta área.



PROVEITOS DIFERIDOS

O valor dos Proveitos Diferidos refere-se ao financiamento dos Investimento, por parte de Fundos Comunitários e Outros.
Nota: Quando em 2003 se iniciou a introdução do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, foram efectuados na conta 27 por contrapartida da conta 26.8.2, registos de montantes de comparticipações para alguns projectos co-financiados. Acontece que tais registos não foram feitos na sua totalidade, nem tendo em conta o levantamento das situações concretas de cada obra. Assim foi necessário proceder agora à correcção de valores que existiam anteriormente ao ano de 2003.
Nos anos subsequentes as receitas parciais destes mesmos projectos foram sendo contabilizadas de forma incorrecta, provocando nestes dois casos Saldos Credores na conta 28, o que não se poderia verificar.
No sentido de no corrente ano se tentar corrigir de forma definitiva estas situações, houve necessidade de efectuar a correcção de duas verbas no ano de 2005, pelo que foi solicitado à AIRC – associação que coordena a informatização do POCAL, intervenção nesse sentido.
Assim, foram as mesmas objecto de correcção, sendo uma de € 41.863,38 na conta 2682600601 e outra de € 663.722,67 na conta 2682600504, por fama a saldar as referidas contas do grupo 26.

ENDIVIDAMENTO

"SERVIÇO DA DÍVIDA"

Compreende-se como " Serviço de Divida", os pagamentos efectuados a titulo de amortização e juros dos empréstimos obtidos junto de Instituições Financeiras. A contratação de empréstimos, foi a opção para a Autarquia poder complementar o recurso a financiamento na concretização de investimentos.

Neste sentido, o crédito bancário constitui uma alternativa viável, na materialização dos objectivos tidos como prioritários na satisfação das necessidades das populações locais.

No inicio da Gerência de 2006, a dívida resultante de empréstimos era de € 12.599.567,53.

No final da Gerência de 2006, a dívida do Município resultante de empréstimos era de € 11.339.006,16.

No decorrer da Gerência de 2006, foram pagos juros no montante de € 327.472,63, e amortizações no montante de € 1.260.561,37.

Estrutura da Dívida

Divida em 01 Janeiro de 2006.	€ 12.599.567,53
Amortização.....	€ 1.260.561,37
Divida em 31 Dezembro de 2006	€ 11.339.006.16

Em face do disposto no nº 3 do artigo 24º da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais), conjugado com as disposições da Lei nº 60- A/2005 de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2006), a situação de Endividamento era a seguinte:

Nos termos da disposições referidas, os encargos anuais, (Juros e amortização) com empréstimos a médio e longo prazo, não podem exceder o maior dos limites, a seguir indicados:

- 1/8 do valor correspondente ao FBM+FGM+FCM, que cabe ao Município.

- 10% das Despesas realizadas com investimento do ano anterior.

1 –Total dos Fundos recebidos em 2006: € 9.602.220,00 x 1/8 = 1.200.277,50

2 – Investimento em 2005 = 7.091.283,44 x 10% = 709.128,34

Tendo em conta o previsto no artº 30ª da Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro, a Capacidade de Endividamento do Município é:

CALCULO DA CAPACIDADE ENDIVIDAMENTO

A – FGM +FCM +FBM recebido em 2006 -€ 9.602.220,00 X 1/8	=	1.200.277,50
B – Investimento em 2005 ; € 7.091.283,44 x 10%	=	709.128,34
C – Juros de empréstimos, médio e longo prazo	=	327.472,63
D – Juros de empréstimos que não contam para o calculo C.E.	=	54.597,18
E – Amortização dos empréstimos de médio e longo prazo	=	1.260.561,37
F – Amortização de empréstimos M L Prazo- não contam para a Capacidade de Endividamento	=	160.531,22

CEU = CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO UTILIZADA

CEU = (C+E-D-F) / Maior dos limites (A ou B) x 100

1ª CEU = 327.472,63+1.260.561.37-54.597,18-160.531,22: 709.128,34 = **193%**

2ª CEU = 327.472,63+1.260.561,37 -54.597,18-160.531,22: 1.200.277,50 = **114%**

No Final do ano de 2006, o nível de Endividamento é de 114%, que é superior ao limite legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste relato procurou cumprir-se a função de explicitar o mais claro possível, o que foi o desempenho das actividades do Município no decurso do ano de 2006.

Orientou-se este relato com preocupações de verdade e transparência.

PROPOSTA:

Nos termos do relato propõe-se:

1 – Que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2006, conforme ponto 2.7.3.1.

2 – De harmonia com o disposto no ponto 2.7.3.3 – uma vez que se verifica a existência de saldo positivo, que seja decidido se deverá ser constituído Fundo de Reserva Legal no valor mínimo de 5% sobre o Resultado Liquido do Exercício (2.005.544,09), que será contabilizado na conta 57.1 " RESERVAS LEGAIS"